



Estatutos

Índice

Capítulo I	Página 2
. Da denominação, natureza e fins: artigo 1º ao artigo 6º	
Capítulo II	Página 2
. Dos associados: artigo 7º ao artigo 12º	
Capítulo III	Página 3
. Dos corpos gerentes: artigo 13º ao artigo 34º	
Capítulo IV	Página 6
. Do regime financeiro: artigo 35º ao artigo 37º	
Capítulo V	Página 7
. Disposições diversas e transitórias; artigo 38º ao artigo 40º	

*Estes estatutos são compostos por 7 páginas
Aprovados em Assembleia Geral de 28 de outubro 2015*

A mesa da Assembleia Geral:



Christian Andersen

Presidente da Assembleia Geral



Susana Silva

1ª Secretária da Assembleia Geral



Celsa Amador

2ª Secretária da Assembleia Geral



CSQV
SM

Capítulo I - Da denominação, natureza e fins

Artigo 1º: Denominação, natureza jurídica e sede

Pelos presentes estatutos reger-se-á a instituição particular de solidariedade social, já constituída, denominada “Centro Social da Quinta da Boa Vista”, adiante designada como Instituição, com sede em Meleças, Rua da Escola nº 86, freguesia de Belas, concelho de Sintra e distrito de Lisboa.

Artigo 2º: Objetivos e fins

O Centro Social da Quinta da Boa Vista tem por objetivo cooperar com as famílias no desenvolvimento integral dos seus filhos, coadjuvando os serviços públicos competentes e outras instituições ou entidades num espírito de interajuda, solidariedade e colaboração e contribuir para a manutenção e ocupação de pessoas idosas.

Artigo 3º: Atividades

Para persecução dos seus objetivos a Instituição propõe-se a criar e manter as seguintes atividades:

Infância

- a) Creche;
- b) Jardim de Infância;
- c) Atividades de tempos livres para as crianças com idade escolar e para jovens.

Terceira idade

Através da atividade da Infância, o Centro Social da Quinta da Boa Vista, propõe-se a cooperar com outras entidades na manutenção e ocupação de pessoas idosas.

Artigo 4º: Organização e funcionamento

A organização e funcionamento dos diferentes setores constarão de regulamentos e procedimentos internos elaborados pela direção.

Artigo 5º: Âmbito

A ação do Centro Social da Quinta da Boa Vista, estender-se-á à população da freguesia de Belas, Algueirão e Rio de Mouro, no concelho de Sintra e a sua área de influência.

Artigo 6º: Prestação dos serviços

Os serviços prestados pela Instituição serão gratuitos ou renumerados em regime de porcionismo de acordo com a situação económica e familiar dos utentes apurada em inquérito a que se deverá proceder. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

Capítulo II - Dos Associados

Artigo 7º: Composição

O Centro Social da Quinta da Boa Vista, compõe-se de número ilimitado de associados, podendo ser associadas pessoas singulares maiores de dezoito anos e as pessoas coletivas.

Artigo 8º: Categorias

Poderá haver duas categorias de associados:

- a) Honorários: As pessoas que tenham prestado à Instituição serviços que mereçam essa distinção;
- b) Subscritores: As pessoas que se obriguem ao pagamento periódico da quota mínima estabelecida em Assembleia Geral.

Artigo 9º: Qualidade

A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a Instituição obrigatoriamente possuirá e não é transmissível quer por ato entre vivos, quer por sucessão.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Artigo 10º: Deveres

São deveres dos associados:

- a) Pagar pontualmente a sua quota, tratando-se de subscritores;
- b) Comparecer às Assembleias Gerais;
- c) Desempenhar com zelo e gratuitamente os cargos para que foram eleitos;
- d) Observar as disposições estatutárias, regulamentos e as deliberações dos Corpos Gerentes.

Artigo 11º: Direitos

Os associados gozam dos direitos seguintes, desde que tenham em dia o pagamento das suas quotas:

- a) Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais; Só são elegíveis os associados que cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, e tenham pelo menos um ano de vida associativa;
- c) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, nos termos do número três do artigo vigésimo quarto dos estatutos;
- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos desde que o requeira por escrito com a antecedência mínima de oito dias, e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.

Artigo 12º: Sanções

1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo décimo ficam sujeitos às seguintes sanções:

- a) Repreensão;
- b) Suspensão de direitos até cento e oitenta dias.

2. As sanções do número anterior são da competência da direção.

3. Perdem a qualidade de sócios:

- a) Todos aqueles que dolosamente tenham prejudicado materialmente a Instituição ou concorrido para o seu desprestígio;
- b) Os subscritores que deixarem de pagar as quotas durante seis meses;
- c) Os que pedirem exoneração;

4. A eliminação só se efetivará:

- a) A prevista no número três, alínea a), depois da respetiva audiência em Assembleia Geral;
- b) A prevista no número três, alínea b), que é da competência da direção, após esta notificar o sócio para no prazo de trinta dias efetuar o pagamento das quotas e se este não o fizer.

5. Nos casos previstos no ponto três, considera-se eliminado o sócio que tendo sido notificado pela direção para efetuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de noventa dias.

6. A suspensão não desobriga do pagamento de quota; O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à Instituição não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Instituição.

Capítulo III - Dos Corpos Gerentes

Secção I | Disposições gerais

Artigo 13º: Corpos gerentes

1. A gestão do Centro Social da Quinta da Boa Vista, é exercida pelos seguintes três órgãos: Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal.
2. O exercício dos corpos gerentes é gratuito.

Artigo 14º: Composição dos órgãos

1. A direção e o conselho fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da Instituição;
2. O cargo de presidente do conselho fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da Instituição.

Artigo 15º: Vacatura

1. Podem realizar-se eleições parciais quando no decurso do mandato ocorram vagas que, no momento não excedam a metade menos um do número total dos membros dos Corpos Gerentes.
2. O termo do mandato dos membros eleitos nessas condições coincidirá com os dos inicialmente eleitos.

CSQBV
81**Artigo 16º: Eleitores e elegibilidade**

São eleitores para os Corpos Gerentes, todos os sócios que tenham em dia as suas quotas. São elegíveis para os corpos gerentes todos os associados que tenham em dia as suas quotas e tenham pelo menos um ano de vida associativa.

Artigo 17º: Mandatos dos titulares dos órgãos

1. A duração do mandato dos corpos gerentes é de quatro anos, devendo proceder-se à sua eleição durante o mês de dezembro do último ano do mandato cessante;
2. Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar;
3. Não é permitida a eleição de quaisquer membros dos corpos gerentes por mais de dois mandatos consecutivos, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição, autorizando, portanto, a candidatura para um terceiro mandato.

Artigo 18º: Impedimentos e incompatibilidade

1. É vedada aos membros dos Corpos Gerentes a celebração de contratos com a Instituição, salvo se deles resultar manifesto benefício para a mesma.
2. Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior, deverão constar das atas das reuniões do respetivo corpo gerente, não podendo intervir na deliberação o membro contratante.
3. Não é permitido aos membros dos corpos gerentes o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Instituição.

Secção II | Da Assembleia Geral**Artigo 19º: Constituição**

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados, em pleno gozo de funções.

Artigo 20º: Mesa da assembleia

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um primeiro Secretário, e um segundo Secretário.
2. O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro Secretário.
3. Os Secretários serão substituídos em impedimentos, pelos sócios escolhidos por quem presidir a Assembleia Geral.

Artigo 21º: Convocatória e publicitação

1. A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima de quinze dias pelo Presidente da Mesa ou seu substituto.
2. A convocatória é obrigatoriamente afixada na sede, na página de internet e feita por meio de aviso postal ou e-mail, expedido para cada associado, dela constando o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.
3. É da responsabilidade de cada associado manter os seus dados (morada ou e-mail) atualizados junto da secretaria da Instituição. A não facultação ou manutenção dos mesmos inviabiliza o envio postal ou por e-mail para esse associado.
4. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta na sede ou na página de internet da Instituição, com a antecedência mínima de uma semana antes da data da assembleia;
5. São anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos e todos concordarem com o aditamento.

Artigo 22º: Funcionamento

A Assembleia Geral só poderá funcionar e deliberar, em primeira convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, ou meia hora depois com qualquer número de presenças.

Artigo 23º: Atas

Deverá ser lavrada ata de todas as reuniões da Assembleia Geral e exarada em livro próprio.



Artigo 24º: Reuniões

1. As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente duas vezes em cada ano, uma até trinta e um de março, para aprovação do relatório e contas de gestão, e outra até trinta de novembro para apreciação e votação do orçamento e programa de ação.
3. A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente da Mesa, a pedido da direção ou do conselho fiscal ou a requerimento de pelo menos 10% dos associados no pleno gozo dos seus direitos.
4. Reunirá ainda ordinariamente no final de cada mandato, durante o mês de dezembro para a eleição dos corpos gerentes.

Artigo 25º: Competências da mesa da Assembleia Geral

Compete à mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral, representá-la e designadamente:

- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais.
- b) Conferir posse aos membros dos corpos gerentes eleitos, até trinta dias após a eleição.

Artigo 26º: Competências da Assembleia Geral

À Assembleia Geral compete:

- a) Eleger por escrutínio secreto os membros da mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal;
- b) Apreciar e votar anualmente o orçamento e programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gestão;
- c) Deliberar sobre aquisições onerosas de bens imóveis, a sua alienação a qualquer título, bem como de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- d) Deliberar sobre as realizações de empréstimos;
- e) Deliberar sobre alterações de estatutos e sobre a extinção da Instituição;
- f) Estabelecer a quota mínima;
- g) Deliberar sobre a eliminação dos associados, nos termos do artigo décimo segundo, e sobre a concessão da qualidade de associado honorário;
- h) Apresentar sugestões tendentes a uma melhor eficiência dos serviços;
- i) Autorizar a Instituição a demandar os membros dos corpos gerentes por factos praticados no exercício das suas funções;
- j) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;

Artigo 27º: Deliberações

1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes;
2. As deliberações sobre alterações de estatutos devem ser tomadas por maioria de três quartos dos membros presentes na Assembleia Geral;
3. As deliberações sobre a extinção da Instituição requerem o voto favorável de três quartos de todos os associados.
4. As deliberações que apreciem e votem o orçamento, programa de ação e relatório de contas e gestão, que autorizem o Centro a demandar os membros dos corpos gerentes por factos praticados no exercício das suas funções, e que aprovem a adesão a uniões, federações ou confederações, requerem a maioria qualificada de dois terços dos votos expressos na aprovação.

Secção II | Da Direção

Artigo 28º: Constituição

A direção do Centro Social da Quinta da Boa Vista, é constituída por cinco membros eleitos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogal.

Artigo 29º: Competências

Compete à Direção dirigir, administrar e representar a Instituição, designadamente:

- a) Organizar e submeter à aprovação das entidades tutelares os planos de ação, orçamentos e relatórios de contas e gestão;



cds Af. 89

- b) Manter sob a sua responsabilidade os bens e valores pertencentes à Instituição;
- c) Velar pela organização e funcionamento dos serviços;
- d) Organizar o quadro de pessoal, ouvidos os serviços oficiais competentes submetendo-o à aprovação da entidade tutelar;
- e) Efetuar as nomeações dos empregados de acordo com as habilitações legais e adequadas aos respectivos lugares, e exercer em relação a eles a competente ação disciplinar;
- f) Admitir e classificar os associados, e propor à Assembleia Geral a sua eliminação;
- g) Elaborar os regulamentos e procedimentos internos;
- h) Deliberar sobre a aceitação de heranças, doações ou legados, sem prejuízo, no caso destes, de autorização da entidade tutelar quando houver encargos;
- i) Providenciar sobre fontes de receita da Instituição;
- j) Representar a Instituição em juízo e fora dele.

Artigo 30º: Reuniões

1. A Direção deverá reunir pelo menos uma vez em cada mês.
2. De cada reunião será lavrada ata em livro próprio.

Artigo 31º: Funcionamento

1. A reunião de direção é convocada pelo seu Presidente, ou na sua falta ou impedimento pelo Vice-Presidente, e só pode deliberar estando presente a maioria dos seus componentes.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. a) Para obrigar a Instituição, são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direção ou as assinaturas do Presidente e do Tesoureiro;
- b) Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente e Tesoureiro;
- c) Nos atos de mero expediente, bastará a assinatura de qualquer membro da Direção.

Secção III | Do Conselho Fiscal

Artigo 32º: Constituição

O Conselho Fiscal é constituído por três membros: Presidente e dois Vogais.

Artigo 33º: Competências

Compete ao Conselho Fiscal inspecionar e verificar todos os atos administrativos, zelando pelo cumprimento da lei, dos estatutos e regulamentos, designadamente:

- a) Emitir parecer sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pela Direção; Fiscalizar a mesma, podendo para o efeito consultar a documentação necessária;
- b) Propor ao Presidente da Direção reuniões extraordinárias de conjunto para a discussão de determinados assuntos;
- c) Dar parecer ao relatório anual de contas e de gestão apresentadas pela Direção, bem como ao orçamento para o ano seguinte.

Artigo 34º: Reuniões

1. Os membros do Conselho Fiscal podem assistir, sempre que o julgarem conveniente, às reuniões de Direção, sem direito a voto.
2. O conselho Fiscal reunirá pelo menos, uma vez por trimestre, devendo ser lavradas atas das reuniões.

Capítulo IV | Do Regime Financeiro

Artigo 35º: Património

O património da Instituição é constituído pelos bens expressamente afetos pelos associados fundadores, pelos bens ou equipamentos doados e pelos demais bens e valores adquiridos pela mesma.



CSQBV 87

Artigo 36º: Receitas

Constituem receitas da Instituição:

- a) O produto das quotas dos associados;
- b) O rendimento de heranças, legados e doações a seu favor;
- c) As participações dos beneficiários ou dos responsáveis, conforme tabelas superiormente aprovadas;
- d) Os donativos e os produtos de festas e subscrições;
- e) Os subsídios do estado ou dos outros organismos oficiais.

Artigo 37º: Escrituração

A escrituração das receitas e despesas deverá obedecer às diretrizes da entidade tutelar.

Capítulo V | Disposições Diversas e Transitórias

Artigo 38º: Entidades e normas

O Centro Social da Quinta da Boa Vista, no exercício das suas atividades, submete-se às normas técnicas que superiormente lhe forem determinadas e a eventual cooperação com outras instituições particulares ou organismos oficiais de segurança social.

Artigo 39º: Extinção

1. A extinção da Instituição tem lugar nos casos previstos por lei.
2. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
3. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.

Artigo 40º: Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral de acordo com a legislação em vigor e as instruções das entidades tutelares.

**Centro Social da
Quinta da Boa Vista
Meleças**

P'la direção

Cláudia Lourenço
Presidente